



ALEXANDRE GARCIA

alexandregarcia@correiodopovo.com.br

É o Agro, moço!

O PIB ficou acima da expectativa e o governo festejou como se tivesse sido o autor da façanha. O presidente, o vice e o ministro da Fazenda vibraram como se fossem os goleadores. E perderam uma excelente oportunidade de se aproximar do agro. Todos sabem que este governo não gosta do agro e que a recíproca é verdadeira. No ano passado, o presidente Lula chamou o agro de fascista, negacionista e mau-caráter. O agro respondeu com um crescimento de 15,1%, segundo o IBGE, garantindo o resultado de quase 3% de crescimento do PIB no seu primeiro ano de terceiro mandato. Seria a chance para o presidente ressaltar a contribuição do agro para as exportações, as divisas que permitem importar, a garantia alimentar dos brasileiros e o orgulho de ajudar a alimentar o planeta.

Mas calou-se e manteve a porteira aberta do agro para Bolsonaro, que pessoalmente nesta terça-feira confraternizou com a importantíssima feira internacional Expodireto, na capital da agricultura de precisão, Não-me-Toque, um nome bem simbólico para o ex-presidente. Bolsonaro não pediu para Lula não ir a mais um evento marcante do agro. Foi o fígado de Lula que omitiu o elogio merecido a quem fertiliza a terra com seu suor e manteve a distância. Teria sido por fidelidade ao MST? O vice, Alkmin, também ministro da Indústria e Comércio, amargou uma queda de 1,3% na indústria de transformação e um 0,5% negativo na construção, mas foi incapaz de ressaltar a importância do agro e sua agroindústria e o comércio exterior que ele gera, engordando nosso balanço de pagamentos. A grande festa do agro de precisão, moderníssimo, foi também uma festa para Bolsonaro e uma oportunidade perdida para o presidente atual.

Por sua vez, o ministro da Fazenda falou como se tivessem sido os gastos públicos exagerados, que geraram déficit e aumentaram a dívida pública, os fatores que estimularam o PIB de 2,9%. Chegou a se vangloriar dos resultados da inflação, dentro da meta, omitindo que o responsável pelo esforço de proteger a moeda e o crédito ante um governo gastador, é o Banco Central, felizmente autônomo – e bem dirigido por Roberto Campos Neto. A propósito, o ministro poderia agradecer a Campos Neto por ter garantido o bom nome do Brasil na preparatória do G20 em São Paulo, já que Haddad causou perplexidade entre os estrangeiros com a antiga cantilena esquerdista de taxar os super-ricos do mundo, a ponto de não sair comunicado final para não ficar evidente a desconsideração com a proposta brasileira.

O governo deveria olhar com cuidado os números do ano passado: investimentos caíram de 17,7% do PIB para 16,5%, o que é preocupante, assim como a poupança diminuir de 15,8% do PIB para 15,4. Mais preocupante ainda foi a falta de chuvas na safra 2023/24 no Centro Oeste. A colheita da soja pode ficar 17% abaixo do previsto – uma quebra recorde –, com consequências no milho, embora a safra excepcional desse grão no Rio Grande do Sul. Soja e milho foram os principais autores dos 15,1% a mais do ano passado. O governo parece não saber que o Brasil se tornou, graças ao agro, o grande produtor da mais nobre energia do mundo: o combustível que move o corpo humano. Carnes, soja, milho, açúcar, sucos, café, frutas, além de álcool e algodão, que saem de grandes produtores que também são agricultores familiares. A ideologia gera incapacidade de reconhecer o mérito de quem entregou um PIB acima do esperado, a despeito do preconceito e da insegurança jurídica e fundiária.



O governo parece não saber que o Brasil se tornou, graças ao agro, o grande produtor da mais nobre energia do mundo: o combustível que move o corpo humano. Carnes, soja, milho, açúcar, sucos, café, frutas, além de álcool e algodão, que saem de grandes produtores que também são agricultores familiares. A ideologia gera incapacidade de reconhecer o mérito de quem entregou um PIB acima do esperado, a despeito do preconceito e da insegurança jurídica e fundiária.

Transparência dos portais públicos é 'muito baixa'

Estudo realizado em 8.045 instituições públicas revelou queda no índice de transparência, de 67,55% em 2022 para 58,11% em 2023

O índice de transparência dos portais públicos do Brasil caiu em 2023, atingindo 58,11% nos quesitos do levantamento do Programa Nacional de Transparência Pública. No ciclo 2022, o Índice Geral de Transparência dos portais públicos estava registrado em 67,55%. A avaliação é a de que o país “ainda precisa aprimorar muito o nível de transparência na gestão pública para garantir o direito do cidadão à informação e ao fortalecimento da democracia”. O índice geral médio de todas as 8.045 instituições avaliadas no estudo, de 58,11%, é apontado como “muito baixo”, mas tido como nível intermediário de transparência, segundo os coordenadores nacionais do programa.

O levantamento faz um exame da transparência pública ativa no país. Reúne o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) e o Tribunal de Contas de Mato Grosso, com apoio do Conselho Nacional de Controle Interno, Associação Brasileira das Agências de Comunicação, Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas e Instituto Rui Barbosa. Segundo o ex-presidente da Atricon César Miola, os portais desempenham papel essencial para que a administração pública seja transparente. “Ao se analisar o seu conteúdo com técnica, imparcialidade e profissionalismo, como o PNTP (Programa Nacional de Transparência Pública) faz, a partir de um manual detalhado e com base em evidências, é possível identificar lacunas ou inconsistências. E isso é fundamental para a accountability (conjunto de mecanismos que permitem que os gestores de uma organização prestem contas e sejam responsabilizados) e o controle

ALGUNS ÍNDICES

- Executivo 77,76%
- Legislativo 62,60%
- Judiciário 79,19%
- Ministério Público 86,36%
- Tribunal de Contas 91,54%
- Defensoria Pública 70,13%

social. Mas também valorizamos as boas práticas, a fim de que possam servir de referência e inspiração aos demais.”

O processo de avaliação da transparência envolve a autoavaliação dos portais por controladores internos, treinados pelos tribunais de contas de todo o país. Em seguida, é realizada a validação das avaliações de portais de transparência certificáveis com três selos – diamante, ouro e prata – de acordo com o índice de transparência verificado.

A avaliação toma como base uma extensa matriz de critérios de transparência pública, que inclui 70 critérios comuns para todos os Poderes e órgãos e outros critérios específicos. Em 2023, 8.045 portais de transparência foram avaliados, sendo que 16,41% deles receberam certificações – 241 nível diamante, 501 ouro e 578 prata. Ao todo, 8,5 mil pessoas participaram do processo de avaliação, incluindo controladores internos, técnicos dos tribunais de contas e das entidades apoiadoras e realizadoras.

ANTECIPAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

MP quer investigar drible à Lei das Eleições

O Ministério Público (MP) pediu que o Tribunal de Contas da União (TCU) investigue a liberação de emendas parlamentares antes das eleições municipais deste ano em suposta burla à legislação. O pacote de emendas negociado entre o governo Lula e o Congresso pode resultar em um drible de até R\$ 24 bilhões na Lei das Eleições, ao antecipar o pagamento e diminuir o controle sobre a liberação desses recursos em 2024. O Congresso mudou as regras dos três mecanismos de

repasso de emendas.

A manobra faz com que a lei eleitoral, que proíbe repasses três meses antes da disputa, seja tecnicamente cumprida, mas desvirtua o princípio da regra ao antecipar as transferências e permitir que o dinheiro seja gasto no meio da campanha, o que antes era impossível, tornando a vedação inócua.

Lula vetou parte das propostas aprovadas pelo Congresso, mas assinou decreto com um calendário de pagamento de emendas em 2024, em acordo com o

Legislativo. Para o procurador Lucas Furtado, que assina a representação junto ao TCU, o repasse antecipado desequilibra a disputa municipal ao favorecer quem está no poder e vai usar o dinheiro. O calendário fragilizaria, ou mesmo inviabilizaria, os mecanismos de controle que antes existiam. “Quanto menos suscetíveis de controle, mais atraentes se tornam as emendas parlamentares para os que almejam apenas atender às necessidades paroquiais de seus colégios eleitorais.”

PORTE DE DROGAS

Senado prepara reação a julgamento do STF

No embate entre Legislativo e Judiciário, o Senado prepara uma reação ao julgamento sobre a descriminalização do porte de pequenas quantidades de drogas, como a maconha, para uso pessoal, que será retomado no Supremo Tribunal Federal (STF) nesta quarta-feira. Desde setembro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte de qualquer quantidade de drogas poderá ser votada pelos senadores.

Relator da PEC, o senador

Efraim Filho (União-PB) afirma que é papel do Congresso a definição sobre o assunto. “A competência para legislar sobre o tema é do Legislativo e, por diversas oportunidades nos últimos anos, o parlamento votou a favor de manter a atual legislação.” Pela norma em vigor, aprovada no Congresso em 2006, o porte de drogas para uso pessoal é considerado crime, mas não leva à prisão. Entre as penas, estão prestação de serviços à comunidade e medidas socioeducativas. A proposta de Pacheco acrescenta

um inciso ao artigo 5º da Constituição, que trata dos direitos e garantias fundamentais, criminalizando a posse e o porte de qualquer quantidade de drogas sem autorização para tal. A expectativa do relator era votar a proposta na CCJ também nesta quarta-feira.

Falta apenas um voto para o STF formar maioria pela liberação do porte de droga para consumo próprio. Os ministros ainda precisam definir critérios específicos, como a quantidade que diferenciará o usuário do traficante de drogas.